



Área Temática: Eleições e Representação Política

ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO ELEITORAL EM DISPUTAS PARA PREFEITO NO BRASIL EM 2008 E 2016

Emerson Urizzi Cervi
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Daniela Silva Neves
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Centro Universitário Internacional (Uninter)

ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO E DEMOCRATIZAÇÃO ELEITORAL EM DISPUTAS PARA PREFEITO NO BRASIL EM 2008 E 2016

Emerson Urizzi Cervi¹

Daniela Silva Neves²

Resumo: Seguindo a tradição comparativa de estudos eleitorais, o paper busca possíveis explicações para diferenças na democracia eleitoral no nível municipal brasileiro. Para tanto, usa como variáveis explicativas indicadores de mudanças nas estruturas de comunicação das campanhas locais. Comparamos os resultados das eleições municipais para prefeitos de 2008 e 2016 em nível agregado, ou seja, considerando dados de todos os 5,6 mil municípios brasileiros. O objetivo é testar os efeitos de dois indicadores de comunicação – eletrônica e digital – para a democracia eleitoral nas disputas para as prefeituras. A variável dependente é uma adaptação do Índice de Democratização, de Vanhanen, que indica o grau de democratização eleitoral de cada município em determinada eleição a partir das dimensões “concorrência” e “participação”. As variáveis explicativas são comunicacionais. O indicador de comunicação eletrônica é a existência ou não de emissoras de rádio no município. Com rádio, a campanha conta com o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE) para comunicação entre candidatos e eleitores. O segundo indicador é de intensidade de comunicação digital por município, medida pela proporção da população em pontos de internet via banda larga. Quanto maior a proporção de acessos, maior o potencial de acesso a conteúdos digitais. O trabalho conclui que é necessário isolar as dimensões concorrência e participação para compreender os efeitos. Quando a dimensão concorrência é analisada, tanto rádio e TV quanto internet estão positivamente associados ao aumento dela. Já quando a dimensão participação é isolada, a comunicação está associada negativamente à participação eleitoral, tanto para os meios eletrônicos tradicionais, quanto para a internet.

Palavras-chave: Eleições; Comunicação Política; Competição Eleitoral, Índice de Democracia.

¹ Doutor em Ciência política. Professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: ecervi7@gmail.com. Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9196373186050152>

² Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora no Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: dneves1505@gmail.com. Link para currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4743734712912745>

1. Introdução

A literatura sobre eleições municipais no Brasil se organiza, principalmente, em torno de duas grandes questões: o papel dos partidos nas disputas (FLEISHER, 2002; BRAGA e SPECK, 2015) e a influência das regras e instituições para o sucesso dos candidatos e partidos (BARRETO, 2009; BRAMBOR e CENEVIVA, 2012). As pesquisas abordam o desempenho dos partidos, seja na apresentação de candidatos, seja no sucesso eleitoral; ou tratam do tema sob o ponto de vista da reeleição. Uma lacuna é o tratamento do tema de forma agregada e que considere as transformações na comunicação das campanhas eleitorais.

Este trabalho aborda o tema das eleições de forma agregada, tendo o município como unidade de análise e considerando a participação dos eleitores e a competição dos partidos em um único Índice de Democracia (ID), representativo da democratização local, como a variável a ser explicada. Para tanto, usamos duas variáveis indicativas de diferentes formas de comunicação como possíveis explicações para as diferenças na democracia eleitoral dos municípios brasileiros. A variável dependente é uma adaptação do Índice de Democratização, de Tatu Vanhanen (1971, 1989, 1997, 2000, 2004, 2005), que indica o grau de democratização eleitoral de cada município em determinada eleição a partir das dimensões “concorrência” e “participação”. As variáveis explicativas são comunicacionais: o indicador de comunicação eletrônica e a existência ou não de emissoras de rádio no município.

Para modelar a variável dependente, o trabalho parte da proposta de Tatu Vanhanen – que foi testada por ele em diversas etapas de pesquisa em 1971, 1989, 1997, 2000, 2004 e 2005 - que apresenta uma forma de medir a democracia através das eleições. Para o presente trabalho, adaptamos o indicador comparativo de países para municípios e comparamos os resultados das eleições de 2008 e 2016.

A justificativa para uma análise comparativa das eleições de 2008 e 2016 está nas mudanças pelas quais os municípios brasileiros passaram durante os últimos anos no que diz respeito às estruturas de comunicação eleitoral. Em relação à comunicação eletrônica, no período estudado, o Brasil apresentou uma série de reformas na lei eleitoral, que ao longo do tempo foram reduzindo a presença do HGPE nas campanhas. Houve fracionamento do horário ao longo da programação, na forma de spots, diminuição do tempo diário de presença dos candidatos no rádio e na televisão e, por fim, redução no número de dias de transmissão do HGPE durante as campanhas (BERTANI, 2006). A comparação começa em 2008, quando passam a existir dados do Ministério das Telecomunicações para a estrutura de comunicação digital, notadamente os pontos de acesso à internet, de todos os municípios brasileiros.

Os objetivos do trabalho são: i) Testar os efeitos de dois indicadores de comunicação – eletrônica e digital – para a democracia eleitoral nas disputas para as prefeituras brasileiras; ii) Buscar possíveis explicações para diferenças de democracia eleitoral no nível municipal brasileiro em função de mudanças nas estruturas de comunicação das campanhas; iii) Comparar os resultados das eleições para prefeitos de 2008 e 2016 em nível agregado, ou seja, considerando dados de todos os 5,6 mil municípios brasileiros. Com isso, pretende-se responder as seguintes questões: As mudanças ocorridas na legislação eleitoral, reduzindo o tempo de HGPE nas campanhas podem ser associadas à concentração de votos e redução da participação eleitoral? O crescimento do acesso aos meios digitais de comunicação, não controlados pelas elites partidárias, gera maior ou menor interesse pelas eleições?

Para o período estudado, a maior modificação veio com a Lei 13.165/2015, que diminuiu o tempo de campanha em 2016, de 87 (até 2012) para 45 dias; o período de HGPE, de 45 para 35 dias; além do tempo semanal de programa. Entre 2000 e 2012, o horário eleitoral gratuito era composto por dois blocos de 30 minutos cada, ou seja, com uma hora diária, três vezes por semana (2^a, 4^a e 6^a) e um total de 3 horas por semana. Com a nova lei, o HGPE passou a ser exibido em dois blocos de 10 minutos cada, totalizando 20 minutos diários (de segunda a sábado), ou 2 horas por semana, diminuindo em uma hora semanal, comparado à regra anterior. Enquanto isso, no mesmo período cresceu de forma exponencial a disponibilidade de acesso à internet via banda larga, o que favorece o acesso a novas fontes de informação política de maneira generalizada nos municípios brasileiros.

Diante dessas mudanças, tanto na comunicação eletrônica tradicional de propaganda eleitoral em rádio e televisão, quanto na “interiorização” do acesso às redes digitais de difusão de conteúdos, o presente artigo objetiva testar os efeitos de dois indicadores de comunicação – eletrônica e digital – para a democracia eleitoral nas disputas para as prefeituras brasileiras, além de buscar possíveis explicações para diferenças de democracia eleitoral no nível municipal brasileiro em função de mudanças nas estruturas de comunicação das campanhas. Sabemos, no entanto, que a existência de meios de comunicação não são capazes, sozinhas, de explicar as variações na democratização eleitoral dos municípios, já que outros fatores incidem direta e indiretamente sobre os processos eleitorais.

2. Discussão teórica

Diante da amplitude do termo democracia, ao se falar de tal tema é preciso definir e explicitar “qual democracia” será discutida. Para este trabalho, utilizamos uma característica

da democracia: a escolha de autoridades governamentais e legislativas através de votação. Portanto, estamos nos referindo à democracia eleitoral, aquela diretamente ligada ao sistema representativo democrático.

Para explicitar qual conceito de democracia eleitoral será usado, parte-se de autores que medem qualidade da democracia a partir de presença ou ausência de alguns elementos que consideram fundamentais, dentre elas as eleições (LINZ, 1987; CHEIBUB E PRZEWORSKI 1997; LIJPHART, 2000, ALTMAN, 2002, DAHL, 2005; LIJPHART, 2007; DIAMOND, 2015). Dahl parte de um pressuposto de que para um governo responder às preferências dos cidadãos, estes devem ter oportunidades completas de:

1. De formular suas preferências.
2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva.
3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência. (DAHL, 2005, p. 26)

Partindo destas três condições necessárias para a democracia, Dahl lista garantias institucionais necessárias para que as condições ocorram. Essas garantias são usadas para montar uma “escala teórica” para ordenar diferentes tipos de poliarquias (governo de muitos). Das oito garantias de Dahl, cinco dizem respeito diretamente à eleições. Ou seja, além da liberdade de opinião e organização, um país é mais democrático quanto mais condições dá para participação e competição. O que Dahl defende (2005) é que quanto mais participação (participação ampliada), mais mudança na composição de lideranças políticas eleitas. Quanto mais grupos ou pessoas incluídas na competição, mais os políticos buscam apoio em outros grupos, o que gera mais inclusão na vida política. Isso, de acordo com Dahl, provoca vários efeitos de longo alcance, como escolher candidatos com perfil mais próximo dos eleitores e “(...) adaptar a retórica, programa, política e ideologia ao que se acredita que sejam os desejos ou interesses dos grupos segmentados ou camadas até então não representados” (DAHL, 2005, p 43-44).

Para que essas condições se efetivem, é preciso que haja oportunidades iguais, visto que se um grupo tem mais oportunidade do que outros para defender seus pontos de vista, “é provável que suas políticas permaneçam” (DAHL, 2009, p. 50).

Diamond (2015) repete as garantias de eleições livres, periódicas e justas e lista dez atributos para um sistema ser considerado uma democracia. Muitos deles, próximos às garantias listadas por Dahl. Desta forma, para Diamond, além da liberdade de expressão e competição, algumas garantias institucionais, como um Judiciário independente e o controle dos eleitos por parte de legisladores, além de uma legislação clara e de amplo conhecimento, garantiriam um sistema democrático. Para Diamond, o que pode ser

considerado um nível mínimo de democracia é se houver eleições periódicas, livre e justas. A isso ele chama de democracia eleitoral (2015, p. 31).

Ao mesmo tempo, diz que as democracias eleitorais variam em suas qualidades. Mesmo com frequente alternância de poder, podem haver abusos como dos direitos humanos, restrições de liberdade, discriminação contra minorias, corrupção, um Judiciário ineficaz ou mesmo não independente, entre outros. Como um exemplo de barreira democrática, ele cita casos de candidatos de oposição que são “mortos ou presos” em períodos anteriores às eleições (2015, p. 34).

Diamond ainda considera critérios de justiça eleitoral para caracterizar uma democracia: “Eleições são justas quando administradas por uma autoridade neutra; quando a administração eleitoral é suficientemente comprometida e engenhosa para tomar precauções específicas contra a fraude (...)” (2015, p. 35). E ainda quando as regras não prejudicam “grosseiramente a oposição”. Participação através do voto também é uma característica fundamental da democracia para Lipjhart:

Eu argumento que a ampla participação dos eleitores é crucial na democracia porque, embora o ideal de igualdade política completa seja provavelmente impossível de alcançar, a participação dos eleitores reduz a desigualdade política (tradução nossa) (LIPJHART, 2007, p. 18).

Lipjhart (2000) também diz que a participação nas eleições mostra a qualidade democrática de um país porque mostra até que ponto os cidadãos estão interessados em serem representados e um elevado número de participação significa uma participação mais igualitária.

Linz (1987) expõe o que considera condições que facilitam a eclosão de regimes democráticos, diz que são democracias aqueles países com liberdade para propor alternativas políticas, com direito de liberdade de associação, liberdade de expressão e outras liberdades básicas, além da deliberação periódica de direito de quem vai governar, ou seja, eleições. Além disso, insere como importante que haja medidas de participação de todos os membros da sociedade, eleições frequentes, periódicas, livres e honestas.

Altman (2002) parte de três critérios para medir democracia: liberdades efetivas, competitividade e participação. A partir disso, mede o indicador de acesso da oposição ao calcular a diferença ponderada entre a parte dos assentos no governo e os assentos partidos de oposição na câmara inferior (Legislativo). O mesmo procedimento é feito para estimar o tamanho do “partido típico de governo” no caso da coalisão eleitoral vencedora. Baseado no cálculo de partidos típicos de governo e oposição, desenvolve um índice de competitividade. Utiliza essa metodologia para calcular democracia na América do Sul e

chega a conclusão que países do cone sul mostraram uma melhor qualidade de democracia do que os países da América Central ou do norte da América do Sul.

Cheibub e Przeworski (1997) consideram democracias quando os regimes apresentam os seguintes critérios: chefe do Executivo e integrantes do Legislativo eleitos, mais de um partido concorrendo no pleito e alternância de poder. Regimes que não satisfazem ao menos um desses critérios, são considerados ditadura.

Para Vanhanen (2005), democracia é um sistema político em que grupos ideologicamente e socialmente diferentes competem pelo poder político, com preceitos legais e estando habilitados para tal. A partir disso, o pesquisador propõe um índice para medir o avanço da democracia eleitoral e, com isso, busca operacionalizar as condições formais de democracia apresentadas por Dahl (2005).

Em comum, o que esses autores/pesquisadores defendem, para além das especificidades de suas pesquisas e objetivos, é que ter eleições livres, frequentes, com ampla participação popular e qualidade na competição, são fatores importantes para se considerar um país democrático.

2.1 Medidas de democracia

Campbell (2008) diz que parte dos autores está preocupada em medir a qualidade da democracia através de indicadores publicados pelos países. Segundo o autor, em 2008 apenas três países no mundo não se auto identificavam oficialmente como democracias, partindo dos dados da *Freedom House*.

Diante dessa disseminação da democracia, ou onda de democratização (HUNTINGTON, 1991; PRZEWORSKI et al., 2000; ALTMAN, & PÉREZ-LIÑÁN, 2002) marcadamente após a queda dos regimes comunistas (CAMPBELL, 2008; DIAMOND, 2015), surgiu este novo problema, que é como medir a qualidade dessas democracias. Vanhanen é um dos pesquisadores preocupados com tal medição e é o desenvolvimento deste conceito.

Vanhanen começou seus estudos sobre democracia nos anos 1960 e permaneceu aplicando sua proposta até 2005. Partindo do estudo de Lipset (1959), passou a se dedicar a explicar o sucesso da democracia em países pobres, como na Índia, preocupado também se é verdade que um nível econômico relativamente alto é necessário para apoiar a democracia. Neste caso, como explicar a democracia na Índia? A conclusão a que chegou (2003, referindo-se a estudo de 1963) é que a democracia sobrevivia na Índia porque, apesar da pobreza, o nível de distribuição de recursos de poderes econômicos e intelectuais é alto o suficiente para suportar a competitividade política. Em uma fase seguinte de seus estudos (1968-71), partiu da hipótese básica de que poderia encontrar democracia em

países subdesenvolvidos, e não somente em desenvolvidos, como defendia Lipset. Iniciou com um grupo de dez países e estendeu o estudo para 114 (1969-1971) chegando a cobrir 187 no mais amplo estudo (2000). Vanhanen conceitua democracia da seguinte forma:

Quero dizer por democracia um sistema político em que grupos ideologicamente e socialmente diferentes são legalmente habilitados a competir pelo poder político e em que os detentores de poder são eleitos pelo povo e responsáveis perante o povo. O meu ponto é que devemos aplicar os mesmos critérios de democracia para todos os países, porque é razoável supor que a natureza humana é mais ou menos semelhante em todas as populações humanas. (2005, p. 2) – tradução nossa

Ele parte da teoria de Darwin de evolução natural da espécie para montar a sua teoria explicativa de que “(...) a distribuição de poder político deve estar relacionada com a distribuição de vários recursos que são usados como fonte de poder” (VANHANEN, 2004, p.1). Com sua explanação evolucionista, entende que as pessoas e grupos lutam para poder sobreviver em meio a recursos escassos (1971, 1989, 1997, 2000, 2003). O poder é usado como uma moeda ou como um mecanismo para a luta política por recursos escassos. E quanto mais se tem poder, mais se consegue recursos escassos.

Desta forma, se os recursos usados como fonte de poder estão concentrados nas mãos de um grupo, esse mesmo grupo será o mais poderoso nesta comunidade. Considera que para muitos, a democracia importa porque pertence à natureza desse sistema cuidar de muitos, “(...) servir seus interesses na luta interminável por sobreviver no mundo da escassez, enquanto que pertence ao sistema autocrático servir aos interesses de poucos” (2003, p.2). A democracia seria mais forte quanto mais distribuídos estariam esses recursos.

Para medir essa distribuição de recursos, usa alguns indicadores considerados simples e que seriam facilmente encontrados em relatórios de países ou internacionais, cujas variáveis serão apresentadas a seguir. Essas variáveis foram usadas em estudos de Vanhanen publicados em 1984, 1990, 1997, 2000 e 2004 e, de acordo com estes, explicam a maior parte das variações no degrau de democratização. O pesquisador afirma que o resultado não contradiz Lipset, já que a “Democracia tem mais chances de sobreviver em países com alto grau de desenvolvimento econômico do que nos menos desenvolvidos” (2004, p.2). A interpretação de Vanhanen é que recursos econômicos e intelectuais são melhores distribuídos em países com maior grau de desenvolvimento do que em países pobres. Porém, acredita que os recursos medidos por ele explicam mais do que somente o desenvolvimento econômico.

Além de Lipset, Vanhanen cita (2003) estudos de Schumpeter 1975 (1942); Dahl 1971; Popper 1977; Sartori 1987; Diamond, Linz, e Lipset (1990), entre outros, para dizer que eles são muito complexos para servirem de um modelo para todos os países. Têm

demasiados indicadores, o que torna o recolhimento de dados empíricos de todos os países muito difícil ou impossível. A intenção foi escolher indicadores quantitativos que podem ser aplicados a todos os países do mundo a partir do século 19.

Desta forma, propõe variáveis nas suas primeiras medições (2004) e cria um Índice de Recurso de Poder que inclui seis variáveis explicativas para medir a distribuição dos recursos econômicos e intelectuais cujos dados podem ser encontrados em todos os países:

- i) Estudantes em universidades e outras instituições de educação superior por 100 mil habitantes
- ii) Porcentagem de analfabetos da população adulta
- iii) População urbana com porcentagem da população total
- iv) Porcentagem de população não-agrícola
- v) A área da agricultura familiar como uma porcentagem da área total de propriedades de terra
- vi) Produto interno bruto per capita real em porcentagem de 25 dólares per capita em 1998.

A sexta variável foi incluída em 2004, quando também retirou a variável “População urbana e não-rural usada no estudo anterior” (2000).

A partir deste Índice de Recurso de Poder, cria um outro, de Distribuição de Poder, baseado no seguinte conceito: “Parece-me que as duas dimensões mais importantes da democratização dizem respeito ao grau de concorrência legal no sistema político e o grau de participação” (1989, p. 102). Essas dimensões são retiradas de Dahl (2005).

Partindo da teoria de Dahl (2005) de que quanto mais participação (participação ampliada), mais mudança potencial na composição de lideranças políticas eleitas, e de que quanto mais grupos ou pessoas incluídas na competição, mais os políticos buscam apoio em outros grupos, Vanhanen defende que a concorrência (competição) e grau de participação (inclusão) aumentariam a divisão dos recursos dentre os diversos grupos. Por isso, para Vanhanen, quanto maior a participação eleitoral, mais forte é a democracia. Da mesma forma, quanto menos concentrado os votos em determinado candidato, menor a concentração de poder.

Daí surgem as dimensões (VANHANEN, 2000):

Distribuição de poder: (1) a participação percentual dos partidos menores e independentes dos votos emitidos nas eleições parlamentares ou de lugares no parlamento, ou, competição; e (2) a proporção da população adulta que votou nas eleições, que identifica a participação.

Essa distribuição é calculada com a parte dos partidos menores sendo subtraída da maior parte do partido de 100 por cento. Os dois componentes foram combinados em um

Índice de Democratização multiplicando as duas percentagens e dividindo o resultado por 100.

$$ID = \frac{(compID \times partID)}{100}$$

Sendo:

ID = índice de democratização;

compID = indicador de competição;

partID = indicador de participação;

O componente grau de participação eleitoral tem origem em um estudo de Vanhanen de 1971, bem como o índice de democratização. A seleção dos partidos menores e independentes como indicadores da distribuição do poder baseia-se no pressuposto de que, nos estados contemporâneos, os partidos representam importantes centros de poder e que a participação dos partidos menores e independentes mede a distribuição de poder (2004).

Mas as distribuições de votos e assentos não medem o grau de participação, o envolvimento da população. Para isso, ele constrói um índice de distribuição de poder que combina os votos expressos nos partidos menores dos votos no parlamento com o grau de participação. Este baseia-se no pressuposto de que quanto maior o nível de participação da população adulta (de acordo com a porcentagem da população adulta apta a votar), mais a população está envolvida na disputa pelo poder. “Se apenas uma pequena parte da população adulta participa da eleição, a luta pelo poder está restrita a uma parcela reduzida da população, e a maior parte está excluída do uso do poder” (VANHANEN, 1997, p. 36).

No entanto, tal nível de participação nas eleições indica uma distribuição de poder entre a população se a participação dos partidos menores também é alta (VANHANEN, 1997), pois, se a porcentagem de participação dos pequenos partidos é pequena, a dominância dos maiores partidos é avassaladora (*overpowering*) “(...) que não seria sensato resguardar um sistema tão político como a democracia” (1997, p. 41). Considera participação real se a porcentagem de voto dos partidos de oposição estiver ao menos em 30%. Abaixo disso, o domínio do maior partido é tão alto que é duvidoso dizer que tal país poderia ser considerado como um democracia (VANHANEN, 2000).

O autor faz uma ressalva sobre as alianças, ou coligações partidárias dizendo que não é possível considerar um partido pequeno em separado se ele faz parte, permanentemente, de uma aliança maior (VANHANEN, 2000). Em eleições presidenciais, considera o "maior partido" o do candidato presidencial que ganhou as eleições.

No caso de participação, em função de que a quase totalidade dos países não obriga ao voto, diz ser sensato exigir menos, tendo estipulado 10% de participação porque “historicamente, foi difícil para muitos países atingir o nível de participação eleitoral de 10%”

(2000, p. 257). Desta forma, países que alcançaram todos os três valores de um mínimo de 30% para competição, 10% para participação e 5.0 pontos de índice para o ID podem ser considerados como democracias.

3. Métodos e dados

O presente artigo utiliza uma adaptação do Índice de Democratização (ID) de Vanhanen (2004) para testar os efeitos de dois indicadores de comunicação para a democracia eleitoral nas disputas para as prefeituras brasileiras. Se considerarmos que as informações dos candidatos via rádio e televisão ajuda a informar, estimula a participação e contribui para desconcentração de poder político em poucos grupos políticos municipais, as mudanças nas regras do HGPE devem ter um efeito negativo sobre o Índice de Democratização se comparar as disputas de 2008 e 2016. Aqui usaremos como indicador a existência de emissoras de rádio no município, pois dos 5.568 municípios existentes na eleição de 2016, 4.313 tinham pelo menos uma emissora local e, portanto, fizeram transmissão do HGPE local nas eleições municipais. Assim, a ideia aqui é que em distritos eleitorais com presença do HGPE há mais incentivos para participação e mais competição entre partidos pelos votos, gerando menor concentração eleitoral.

A segunda variável explicativa de comunicação eleitoral é um indicador de inserção digital do município. Trata-se da proporção de pontos de acesso à banda larga fixa por habitante. Assim, quanto maior a proporção, maior o volume de eleitores com acesso via banda larga à internet. Os dados são do Ministério das Comunicações, Ciência e Tecnologia e fazem parte do PNBL (Plano Nacional de Banda Larga) do Brasil. Dado o descontrole da elite política sobre os conteúdos que circulam na internet e ao fato de estudos já terem demonstrado o crescimento das críticas à política em ambientes digitais, a hipótese aqui é que quanto mais acesso à banda larga, menor a democratização eleitoral. Como em 2000 o número de acessos via banda larga era baixo, espera-se efeito nulo sobre o ID. Porém, em 2016 ele já deve ser significativo.

A análise realizada do próximo tópico parte de uma dupla comparação sobre os efeitos da comunicação na democracia eleitoral em disputas municipais no Brasil. A primeira é a comparação da associação entre comunicação eletrônica tradicional (HGPE) e comunicação digital (acesso à internet) com a concentração de votos e participação eleitoral em disputas para prefeituras. A segunda comparação é entre os dois momentos do tempo, 2008 e 2016, selecionados para a análise. Com no período houve avanço da digitalização dos municípios brasileiros, é possível identificar a associação entre as diferenças de comunicação local nos dois momentos do tempo. O objetivo é identificar as associações entre comunicação tradicional e digital para participação do eleitor e concentração de votos

para prefeito. As mudanças ocorridas na legislação eleitoral, reduzindo o tempo de HGPE nas campanhas podem ser associadas à concentração de votos e redução da participação eleitoral? O crescimento do acesso aos meios digitais de comunicação, não controlados pelas elites partidárias, gera maior ou menor interesse pelas eleições? Estas são as principais perguntas que podem ser respondidas pela dupla comparação proposta aqui. Para as duas comparações, entre municípios na mesma eleição e entre as eleições de 2008 e 2016, existem grupos de controle de municípios, aqueles que não possuem emissora de rádio ou acesso via banda larga 3G à internet.

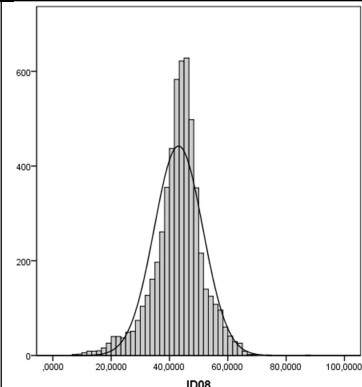
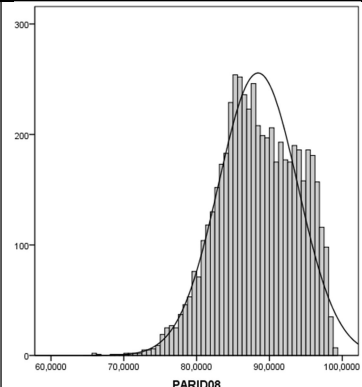
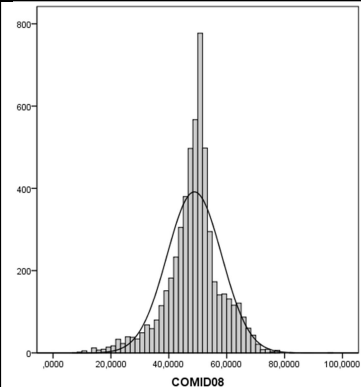
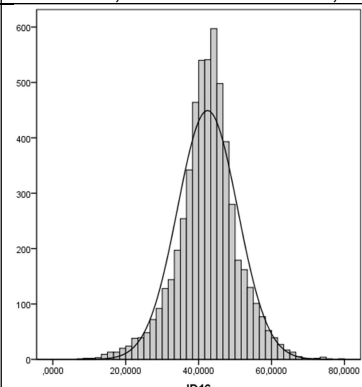
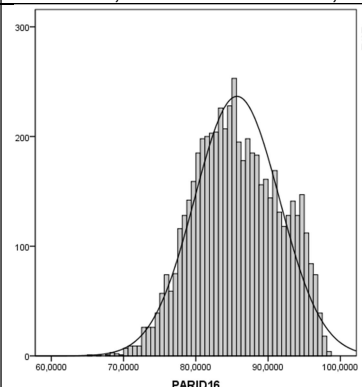
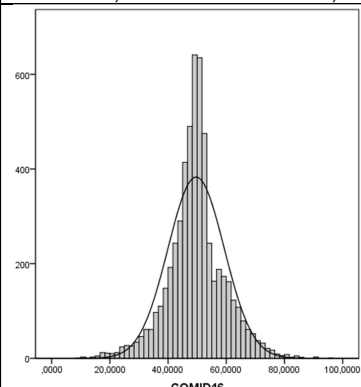
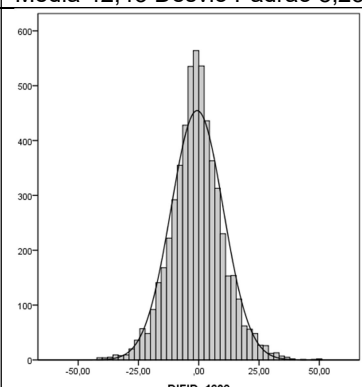
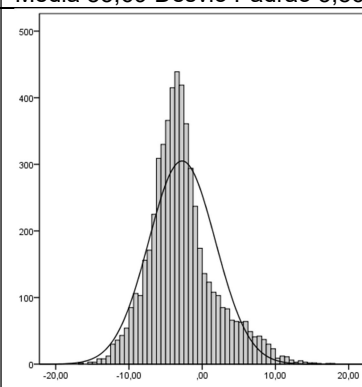
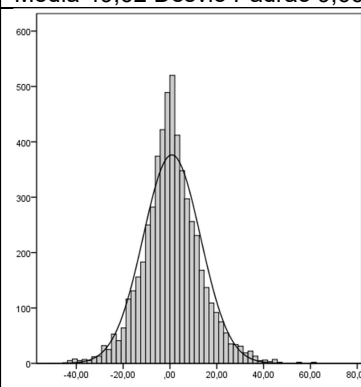
4. Resultados

Serão utilizados testes de regressão linear para comparar o peso da presença de emissora de rádio ou televisão e a proporção de acessos fixos à internet sobre o índice de democratização e sobre seus dois componentes nas eleições para prefeituras municipais de 2008 e 2016. Para identificar a estrutura de acesso à internet no município usamos a média de acessos a SCM (Serviço de Comunicação de Multimídia) registrados na Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) nos dois anos analisados aqui. O SCM é o serviço de provedor de conexão à internet fixa e wireless. Aqui, a média anual é dividida pelo número de eleitores registrados no município a cada ano. O resultado é a proporção de acessos à internet fixa por eleitor em cada um dos 5,6 mil municípios brasileiros. A segunda variável explicativa é dicotômica, indicando se o município tem ou não tem pelo menos uma emissora de rádio ou televisão no ano eleitoral. As estatísticas descritivas são apresentadas a seguir, antes dos resultados dos modelos.

4.1 Estatísticas descritivas das variáveis dependentes

O quadro 1 a seguir mostra as estatísticas descritivas e os diagramas de histograma para as três variáveis dependentes do modelo. Os gráficos permitem identificar que apenas o componente “participação” não apresenta uma distribuição na forma de curva normal. Já o índice e o componente “competição” se aproximam de uma normal. A média do índice de democratização eleitoral em 2008 ficou em 43,10, passando para 42,43 em 2016, a diferença média negativa ficou em -0,66. Os desvios ficaram relativamente baixos. A diferença negativa indica que houve menos democratização eleitoral em 2016 do que em 2008, embora a diferença não tenha sido grande. É possível buscar as razões para a queda na democratização eleitoral entre as duas eleições nos componentes do índice. A participação em 2008 teve média de 88,43, contra uma participação de 85,69 em 2016, uma queda de -2,75 no componente da participação. Já a competição apresentou média de 48,82 em 2008 e de 49,62 em 2016, uma diferença positiva de 0,80 entre as duas disputas.

Quadro 1 – estatísticas descritivas das variáveis dependentes

Índice de Democratização	Componente Participação	Componente Competição
 <p style="text-align: center;">ID08</p>	 <p style="text-align: center;">PARID08</p>	 <p style="text-align: center;">COMID08</p>
Média 43,10 Desvio Padrão 8,34	Média 88,43 Desvio Padrão 5,42	Média 48,82 Desvio Padrão 9,43
 <p style="text-align: center;">ID16</p>	 <p style="text-align: center;">PARID16</p>	 <p style="text-align: center;">COMID16</p>
Média 42,43 Desvio Padrão 8,23	Média 85,69 Desvio Padrão 5,86	Média 49,62 Desvio Padrão 9,66
 <p style="text-align: center;">DIFID_1608</p>	 <p style="text-align: center;">DIFPART_1608</p>	 <p style="text-align: center;">DIFCOMP_1608</p>
Média -0,66 Desvio padrão 10,82	Média -2,75 Desvio Padrão 4,54	Média 0,80 Desvio Padrão 12,26

Fonte: Autores

A descrição separada dos componentes do índice permite identificar duas coisas importantes para a democratização eleitoral em 2008 e 2016. A primeira é que os componentes apresentaram comportamentos opostos. A participação caiu e a competição cresceu. A segunda é que o fato de a participação ter caído bem mais do que foi percebido como crescimento da competição é que explica a queda geral no índice entre os dois períodos em análise.

Quanto às variáveis explicativas, as estatísticas descritivas estão apresentadas na tabela 1 abaixo. Como a Anatel só possui dados de emissoras de rádio e televisão para todos os municípios brasileiros a partir de 2012, utilizaremos esse ano como base para as análises relativas à eleição de 2008. Sobre a presença de emissoras de rádio e televisão nos municípios brasileiros, duas informações chamam atenção na tabela 1 a seguir. A primeira delas é se o município tem ou não pelo menos uma emissora de rádio ou televisão. Em 2012 havia 8.905 emissoras de rádio e televisão no Brasil, distribuídas em 4.038 municípios. Em 2016 o número sobe para 9.680 emissoras, em 4.239, o que indica um crescimento de 4,7% de municípios com emissoras próprias no último ano em relação ao primeiro³.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes

Estatística	RADTV_12	RADTV_16	DIF1612	Estatística	SCM08	SCM16	DIFSCM1608
Munic.	4.038	4.239	201	Média	0,017	0,066	0,049
Total	8.905	9.680	775	Desv. Pad.	0,028	0,074	0,055

Fonte para número de emissoras de rádio e TV: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>
 Fonte para SCM: <http://www.anatel.gov.br/dados/>. Acessos em 28/5/2018

A variável explicativa que indica acessos à internet apresentou crescimento no período. A média da proporção de SCM por eleitor foi de 0,017 em 2008, o que significa 1,7% de eleitores em média de acessos à internet fixa por município. O desvio padrão é de 0,028, bastante alto, quando comparado à média. Como já é de se esperar, o desvio alto mostra a grande variabilidade do acesso à internet em municípios brasileiros. Em 2016 a média subiu para 0,066 de acessos por eleitor naquele ano, com desvio padrão relativamente à média mais baixo que em 2008, em 0,074. A diferença entre os dois anos ficou em 0,049 de acessos por eleitor nos municípios. Além disso, enquanto em 2008, no Brasil, havia 80 municípios sem SCM para internet fixa, em 2016 esse número caiu para apenas quatro⁴ municípios sem o serviço.

³ De acordo com dados do Ministério da Ciência, Tecnologia e Telecomunicações a distribuição de emissoras (outorgadas, licenciadas e autorizadas) no Brasil entre 2012 e 2016 por modalidade é a seguinte (disponível em: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>):

Modalidade	2012	2016
TV analógica	288	298
TV educativa	134	172
Radio FM	1.874	2.150
Radio FM educativa	345	470
Rádio Comunitária	4.482	4.774
Rádio AM (OC, OM e OT)	1.782	1.816

⁴ São eles: Presidente Juscelino (RN), Lago de Itaenga (PE), Seridó (PB) e Curuá (PA), segundo dados da Anatel.

Feitas as apresentações das estatísticas descritivas das variáveis, o quadro a seguir apresenta os resultados para os três modelos produzidos: para eleição de 2008, de 2016 e para a diferença entre os dois anos. Como se pode perceber, em todos os casos as estatísticas de ajustamento (r^2) são muito baixas, não permitindo extrapolar os coeficientes para outros casos. Isso é explicado pelo fato de que não se pode esperar que a existência de emissoras de rádio e televisão e maior acesso à internet consigam explicar, sozinhas, as variações na democratização eleitoral dos municípios. Há uma série de outros fatores que incidem direta e indiretamente sobre os processos eleitorais que são desconsiderados aqui, já que nosso objetivo não é entender os mecanismos que causam maior ou menor democracia eleitoral e sim comparar os efeitos diretos da comunicação tradicional e da digital sobre as variações da democratização eleitoral. Portanto, usamos o modelo apenas para fins descritivos e não prescritivos. Nesse sentido, em todos os três modelos, os resíduos mostram uma distribuição próxima da curva normal, com mediana se aproximando de zero, o que nos permite interpretar os coeficientes do modelo para fins descritivos.

No primeiro modelo, para o ano de 2008, percebe-se que o coeficiente Beta (B) da variável SCM é bem superior ao da variável rádio e TV. Os dois são positivos, mas o acesso à internet está mais fortemente associado ao aumento da democratização eleitoral que a presença de meios de comunicação eletrônicos no município. Já no segundo modelo, referente a 2016, percebe-se um crescimento significativo do coeficiente Beta para acesso à internet, ficando cerca de cinco vezes superior ao coeficiente de 2008. Já o coeficiente para presença de emissoras de rádio e TV caiu em relação ao primeiro ano, embora tenha mantido o sinal positivo. Ou seja, em 2016 tanto a presença de emissora de rádio e TV quanto o acesso à internet tiveram efeitos positivos para o índice de democratização eleitoral, mas o impacto do acesso à internet foi superior à existência de campanhas eleitorais em rádio e televisão.

Quadro 2 – Modelos de regressão para índice de democratização (2008 e 2016)

Índice de democratização 2008				
lm(formula = A_ID08 ~ A_SCM08_eleitor + A_TEMRADTV12)				
Residuals:				
Min	1Q	Median	3Q	Max
-35.871	-3.981	0.756	4.578	44.623
Coefficients:				
	B	Std. Error	t value	Pr(> t)
(Intercept)	42.8500	0.2151	199.218	<2e-16 ***
A_SCM08_eleitor	3.1624	4.0655	0.778	0.437
A_TEMRADTV12	0.2834	0.2590	1.094	0.274

Multiple R-squared: 0.0004265, Adjusted R-squared: 6.621e-05 F-statistic: 1.184 p-value: 0.3062	
Índice de Democratização 2016	
Call: lm(formula = A_ID16 ~ A_SCM16_eleitor + A_TEMRADTV16)	
Residuals:	
Min	1Q Median 3Q Max
-36.010	-4.282 0.323 4.621 36.677
Coefficients:	
	B Std. Error t value Pr(> t)
(Intercept)	41.4405 0.2324 178.342 < 2e-16 ***
A_SCM16_eleitor	10.9359 1.5053 7.265 4.25e-13 ***
A_TEMRADTV16	0.3548 0.2641 1.344 0.179
Multiple R-squared: 0.01096, Adjusted R-squared: 0.01061 F-statistic: 30.79 p-value: 5.03e-14	
Diferença Índice de Democratização 2016-2008	
lm(formula = A_DIFID_1608 ~ A_DIFRADTV + A_DIFSCM_1608)	
Residuals:	
Min	1Q Median 3Q Max
-42.362	-6.433 -0.236 6.217 49.306
Coefficients:	
	B Std. Error t value Pr(> t)
(Intercept)	-1.24298 0.19690 -6.313 2.96e-10 ***
A_DIFRADTV	-0.05409 0.74767 -0.072 0.942
A_DIFSCM_1608	11.72421 2.60487 4.501 6.91e-06 ***
Multiple R-squared: 0.003654, Adjusted R-squared: 0.003295 F-statistic: 10.18 p-value: 0.00003861	

O último modelo do quadro 2 acima, usando as diferenças entre 2008 e 2016 para todas as variáveis, confirma os resultados anteriores. Municípios que apresentaram mudanças na presença de emissoras de rádio e TV, sejam os que passaram a ter emissoras ou os que perderam as que tinham, apresentaram pouco impacto para a diferença no índice de democratização eleitoral entre 2008 e 2016. Além disso, o sinal do coeficiente Beta é negativo, indicando que passar a ter emissora de rádio e TV em 2016 em relação a 2012 não indica aumento de democratização. Já a diferença no acesso à internet apresentou um coeficiente Beta alto e um *p-value* abaixo do limite crítico, mostrando que o crescimento na proporção de acesso à internet no município está ligado à variação positiva do índice de democratização entre 2008 e 2016.

Até aqui os resultados indicam que as duas formas de comunicação, convencional eletrônica, via HGPE, e digital, via acesso à internet, apresentaram efeitos positivos sobre a democratização eleitoral para os anos considerados. No entanto, quando comparamos com

<p>Residuals:</p> <table> <thead> <tr> <th>Min</th> <th>1Q</th> <th>Median</th> <th>3Q</th> <th>Max</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-20.467</td> <td>-4.012</td> <td>-0.227</td> <td>4.237</td> <td>16.675</td> </tr> </tbody> </table> <p>Coefficients:</p> <table> <thead> <tr> <th></th> <th>B</th> <th>Std.Er</th> <th>tvalue</th> <th>Pr(> t)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(Intercept)</td> <td>88.19</td> <td>0.161</td> <td>545.87</td> <td><2e-16***</td> </tr> <tr> <td>A_SCM16_ele</td> <td>-10.37</td> <td>1.046</td> <td>-9.91</td> <td><2e-16***</td> </tr> <tr> <td>A_TRDTV16</td> <td>-2.38</td> <td>0.183</td> <td>-12.97</td> <td><2e-16***</td> </tr> </tbody> </table> <p>Multiple R-squared: 0.05723 Adjusted R-squared: 0.05689 F-statistic: 168.6 p-value: < 2.2e-16</p>	Min	1Q	Median	3Q	Max	-20.467	-4.012	-0.227	4.237	16.675		B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)	(Intercept)	88.19	0.161	545.87	<2e-16***	A_SCM16_ele	-10.37	1.046	-9.91	<2e-16***	A_TRDTV16	-2.38	0.183	-12.97	<2e-16***	<p>Residuals:</p> <table> <thead> <tr> <th>Min</th> <th>1Q</th> <th>Median</th> <th>3Q</th> <th>Max</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-42.411</td> <td>-4.670</td> <td>0.242</td> <td>4.441</td> <td>46.353</td> </tr> </tbody> </table> <p>Coefficients:</p> <table> <thead> <tr> <th></th> <th>B</th> <th>Std.Er</th> <th>tvalue</th> <th>Pr(> t)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(Intercept)</td> <td>46.97</td> <td>0.269</td> <td>174.38</td> <td><2e-16***</td> </tr> <tr> <td>A_SCM16_ele</td> <td>19.73</td> <td>1.744</td> <td>11.30</td> <td><2e-16***</td> </tr> <tr> <td>A_TRDTV16</td> <td>1.76</td> <td>0.306</td> <td>5.75</td> <td>0.0000***</td> </tr> </tbody> </table> <p>Multiple R-squared: 0.03441 Adjusted R-squared: 0.03406 F-statistic: 98.97 p-value: < 2.2e-16</p>	Min	1Q	Median	3Q	Max	-42.411	-4.670	0.242	4.441	46.353		B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)	(Intercept)	46.97	0.269	174.38	<2e-16***	A_SCM16_ele	19.73	1.744	11.30	<2e-16***	A_TRDTV16	1.76	0.306	5.75	0.0000***
Min	1Q	Median	3Q	Max																																																									
-20.467	-4.012	-0.227	4.237	16.675																																																									
	B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)																																																									
(Intercept)	88.19	0.161	545.87	<2e-16***																																																									
A_SCM16_ele	-10.37	1.046	-9.91	<2e-16***																																																									
A_TRDTV16	-2.38	0.183	-12.97	<2e-16***																																																									
Min	1Q	Median	3Q	Max																																																									
-42.411	-4.670	0.242	4.441	46.353																																																									
	B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)																																																									
(Intercept)	46.97	0.269	174.38	<2e-16***																																																									
A_SCM16_ele	19.73	1.744	11.30	<2e-16***																																																									
A_TRDTV16	1.76	0.306	5.75	0.0000***																																																									
Diferença Participação 2016 - 2008	Diferença Competição 2016 - 2008																																																												
<p>lm(A_DIFPART_1608~A_DIFRADTV + A_DIFSCM)</p> <p>Residuals:</p> <table> <thead> <tr> <th>Min</th> <th>1Q</th> <th>Median</th> <th>3Q</th> <th>Max</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-14.272</td> <td>-2.687</td> <td>-0.515</td> <td>1.928</td> <td>21.360</td> </tr> </tbody> </table> <p>Coefficients:</p> <table> <thead> <tr> <th></th> <th>B</th> <th>Std.Er</th> <th>tvalue</th> <th>Pr(> t)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(Intercept)</td> <td>-2.25</td> <td>0.082</td> <td>-27.43</td> <td><2e-16***</td> </tr> <tr> <td>A_DIFRADTV</td> <td>-0.55</td> <td>0.312</td> <td>-1.78</td> <td>0.0745.</td> </tr> <tr> <td>A_DIFSCM</td> <td>-9.59</td> <td>1.087</td> <td>-8.82</td> <td><2e-16***</td> </tr> </tbody> </table> <p>Multiple R-squared: 0.01409 Adjusted R-squared: 0.01374 F-statistic: 39.74 p-value: < 2.2e-16</p>	Min	1Q	Median	3Q	Max	-14.272	-2.687	-0.515	1.928	21.360		B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)	(Intercept)	-2.25	0.082	-27.43	<2e-16***	A_DIFRADTV	-0.55	0.312	-1.78	0.0745.	A_DIFSCM	-9.59	1.087	-8.82	<2e-16***	<p>lm(A_DIFCOMP_1608~A_DIFRADTV + A_DIFSCM)</p> <p>Residuals:</p> <table> <thead> <tr> <th>Min</th> <th>1Q</th> <th>Median</th> <th>3Q</th> <th>Max</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>-46.581</td> <td>-6.969</td> <td>-0.257</td> <td>6.917</td> <td>59.561</td> </tr> </tbody> </table> <p>Coefficients:</p> <table> <thead> <tr> <th></th> <th>B</th> <th>Std.Er</th> <th>tvalue</th> <th>Pr(> t)</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>(Intercept)</td> <td>-0.2239</td> <td>0.2224</td> <td>-1.007</td> <td>0.314</td> </tr> <tr> <td>A_DIFRADTV</td> <td>0.2334</td> <td>0.8444</td> <td>0.276</td> <td>0.782</td> </tr> <tr> <td>A_DIFSCM</td> <td>20.58</td> <td>2.94</td> <td>6.99</td> <td>2.91e-12***</td> </tr> </tbody> </table> <p>Multiple R-squared: 0.008745 Adjusted R-squared: 0.008388 F-statistic: 24.49 p-value: 2.572e-11</p>	Min	1Q	Median	3Q	Max	-46.581	-6.969	-0.257	6.917	59.561		B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)	(Intercept)	-0.2239	0.2224	-1.007	0.314	A_DIFRADTV	0.2334	0.8444	0.276	0.782	A_DIFSCM	20.58	2.94	6.99	2.91e-12***
Min	1Q	Median	3Q	Max																																																									
-14.272	-2.687	-0.515	1.928	21.360																																																									
	B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)																																																									
(Intercept)	-2.25	0.082	-27.43	<2e-16***																																																									
A_DIFRADTV	-0.55	0.312	-1.78	0.0745.																																																									
A_DIFSCM	-9.59	1.087	-8.82	<2e-16***																																																									
Min	1Q	Median	3Q	Max																																																									
-46.581	-6.969	-0.257	6.917	59.561																																																									
	B	Std.Er	tvalue	Pr(> t)																																																									
(Intercept)	-0.2239	0.2224	-1.007	0.314																																																									
A_DIFRADTV	0.2334	0.8444	0.276	0.782																																																									
A_DIFSCM	20.58	2.94	6.99	2.91e-12***																																																									

Os modelos para as diferenças reforçam os achados anteriores. A diferença é negativa para o componente participação, tanto em emissoras de rádio e TV quanto acesso à internet. Ou seja, municípios em que houve entrada e emissoras de rádio e TV e maior crescimento na proporção de acessos à internet por eleitor, houve maior redução da participação eleitoral. Já em relação à competição, em municípios com emissoras de rádio e TV e com mais acesso à internet a competição eleitoral também cresce. E a diferença é mais significativa para as variações de acessos à internet do que a presença dos meios eletrônicos tradicionais.

5. Conclusões

Este trabalho buscou explicações para diferenças na democracia eleitoral no nível municipal brasileiro. Para tanto, usou como variáveis explicativas indicadores de mudanças nas estruturas de comunicação das campanhas locais. Comparamos os resultados das eleições municipais para prefeitos de 2008 e 2016 em nível agregado, ou seja, considerando dados de todos os 5,6 mil municípios brasileiros. Para tanto, foram utilizadas duas variáveis indicativas de diferentes formas de comunicação como possíveis explicações para as

diferenças na democracia eleitoral dos municípios brasileiros. A variável dependente é uma adaptação do Índice de Democratização, de Tatu Vanhanen, que indica o grau de democratização eleitoral de cada município em determinada eleição a partir das dimensões “concorrência” e “participação”. As variáveis explicativas são o indicador de comunicação eletrônica e a existência ou não de emissoras de rádio no município.

Como já reafirmado neste trabalho, não se espera que a existência de meios de comunicação consigam explicar, sozinhas, as variações na democratização eleitoral dos municípios, já que outros fatores incidem direta e indiretamente sobre os processos eleitorais. Nosso objetivo foi comparar os efeitos diretos da comunicação tradicional e da digital sobre as variações da democratização eleitoral. Portanto, usamos o modelo para fins descritivos.

A hipótese era de que em 2008 o acesso à internet não apresentasse efeito sobre a democratização eleitoral, porém, em 2016 o efeito seria negativo; enquanto o HGPE, que tinha impacto positivo para democracia eleitoral em 2008 passaria a ser inexistente em 2016 em função das mudanças nas regras eleitorais que reduziram o tempo de horário eleitoral das campanhas.

Os testes mostraram que é preciso separar as dimensões de democracia eleitoral para compreender as associações. O índice de democratização caiu entre 2008 e 2016, enquanto neste mesmo período, o acesso à internet cresceu. Porém, quando separadas as dimensões da democracia eleitoral, percebe-se que os meios de comunicação apresentam comportamento diferentes para concorrência e participação.

Quando separada, a dimensão concorrência está positivamente associada tanto a rádio e TV quanto internet. Já quando a dimensão participação é isolada, mais comunicação está associada negativamente à participação eleitoral. E isso vale tanto para os meios eletrônicos tradicionais (rádio e TV), quanto para a internet. Desta forma, não é possível afirmar que a presença maior da internet diminui o índice de democratização eleitoral como um todo e sim somente na dimensão participação. Já sobre o horário eleitoral, é possível afirmar que, nas eleições de 2016, já com a nova legislação que diminuiu o espaço para a propaganda eleitoral de rádio e TV, os meios de comunicação tradicionais têm efeito positivo, porém bem menor que internet, no índice de democratização, em todos os casos.

Com esses resultados, seria interessante, para um futuro trabalho, verificar os efeitos da comunicação por características dos municípios (tamanho localização regional e por tipo de atividade econômica predominante) para ver o que ajuda a melhorar a capacidade preditiva dos modelos que consideram os efeitos das estruturas de comunicação sobre a participação e sobre a disputa eleitoral.

6. Referências

- ALTMAN, D. & PÉREZ-LIÑÁN, A. Assessing the Quality of Democracy: Freedom, Competitiveness and Participation in **Eighteen Latin American Countries, Democratization**, 9:2, 85-100, 2002.
- BARRETO, Alvaro A. de B. Reelection para o Executivo municipal no Brasil (2000 a 2008). **Revista Debates**, Porto Alegre. V. 3, n. 2, 2009 (pág. 97 a 115)
- BERTANI, Katia. A política entra no ar: evolução e características do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**. V. 5, n. 8, 2006. (pág. 103 a 115).
- BRAMBOR, Thomas e CENEVIVA, Ricardo. Reelection e continuidades nos municípios brasileiros. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 93, 2012 (pág. 9 a 21).
- BRAGA, Maria do Socorro S.; SPECK, Bruno. Organização partidária e carreiras políticas no nível local. **Paper Congresso Brasa**, Londres, 20 a 23 de agosto de 2014.
- CAMPBELL, David F. J., **The Basic Concept for the Democracy Ranking of the Quality of Democracy**. Vienna: Democracy Ranking, 2008.
- CERVI, Emerson Urizzi, Eleições municipais e crise nacional: disputas eleitorais para prefeito e vereador no Brasil em 2016. **Anais**, 4º Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales. Salamanca. 17 al 19 de Julio de 2017.
- CHEIBUB, José A, PRZEWORSKI, Adam. Democracia, eleições e responsabilidade política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 12 n. 35 São Paulo Feb. 1997
- DAHL, Robert, **Sobre a Democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2009 (reimpressão).
- _____. **Poliarquia: participação e oposição**. 1ª edição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.
- DIAMOND, Larry. **O espírito da democracia: a luta pela construção de sociedades livres em todo o mundo**. Curitiba: Instituto Atuação, 2015.
- FLEISHER, David. As eleições municipais no Brasil. Uma análise comparativa (1982 – 2000). **Revista Opinião Pública**, Campinas. N.1, 2002 (pag. 80 a 105).
- HUNTINGTON, Samuel P. **The Third Wave: Democratization in the Late Twentieth Century**. Norman: University Of Oklahoma Press, 1991.
- LINZ, Juan J. **La quiebra de las democracias**. Alianza Editorial, 1987
- LIJPHART, Arend. **Modelos de Democracia – Formas de Gobierno y resultados em treinta y seis países**. Barcelona: Editora Ariel, 2000.
- _____. **Thinking about Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice**. London and New York: Routledge, 2007.
- PRZEWORSKI, A., Alvarez, M., CHEIBUB, J., LIMONGI, F.. **Democracy and Development: Political Institutions and Material Well-being in the World, 1950–1990**. Cambridge University Press: Cambridge, 2000.

VANHANEN, Tatu, Dependence of Power on Resources: A Comparative Study of 114 States in the 1960s. Department of Social Sciences **Publications** no. 11. Jyväskylä: University of Jyväskylä, 1971.

_____ The Level of Democratization Related to Socioeconomic Variables in 147 States in 198-85, **Scandinavian Political Studies**, Vd. 12 - No. 2. 1989

_____ **Prospects of democracy: A study of 172 countries**. London and New York: Routledge. (1997).

_____ A New Dataset for Measuring Democracy, 1810–1998, **Journal of Peace Research**, vol. 37, no. 2, 2000, pp. 251–265 Sage Publications (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 2000.

_____ **Democratization: A Comparative Analysis of 170 Countries**. London: Routledge, 2004.

_____ Measures of democracy 1810- 2004. **Finnish Social Science Data Archive (FSD)**, (2005).

WEBSITES CONSULTADOS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações (MCTC), sistema de informações sobre radiodifusão no Brasil: <http://sistema.mc.gov.br/DSCOM/view/Informacoes.php>

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), dados sobre telefonia fixa e móvel no Brasil: <http://www.anatel.gov.br/dados/>